

Pacote sofrerá modificações

BRASÍLIA - Todos os partidos políticos, aliados ou não ao governo, estão preparando pacotes alternativos às medidas fiscais. Além de enfrentar a crise financeira com sugestões menos impopulares e mais rendosas, as intenções partidárias escondem uma cilada ao presidente Fernando Henrique Cardoso: pôr em pauta dois projetos de autoria do presidente quando era senador que há oito anos estão engavetados.

Um deles é o imposto sobre grandes fortunas. O outro, a taxação dos lucros das empresas. "Não há melhor ocasião para isso", anunciou o líder do PFL na Câmara, Inocêncio de Oliveira. "Vai ficar mal para o Congresso se não conseguirmos emplacar nada. Fernando Henrique Cardoso já foi parlamentar e sabe disso", avalia o presidente da Câmara, Michel Temer.

Já existe consenso entre os governistas e a oposição quanto à redução dos repasses da União aos fundos de pensão das estatais, à tributação sobre as despesas com cartões de crédito no exterior e aos cortes de verbas do governo com publicidade. Todos os partidos concordam também que é difícil evitar a demissão de funcionários públicos.

O desafio assumido pelas assessorias técnicas das lideranças partidárias transformou-se em nova batalha do Congresso para influir na política econômica, um velho sonho dos políticos em vésperas de eleição. "Só que

os técnicos passaram a semana tentando tirar coelho da cartola", admitiu o líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima.

As alternativas em estudo pelo Congresso variam pouco de partido para partido. Com exceção do PSDB, que fechou contra qualquer mudança no pacote fiscal, todos estão unidos contra o aumento do imposto de renda da pessoa física, o limite de 20% dos descontos, a revisão do critério de aposentadoria proporcional e do corte dos benefícios para os velhinhos pela Lei Orgânica da Assistência Social.

Só o PMDB ainda continua defendendo o aumento de 0,5% na alíquota da Contribuição sobre Movimentação Financeira (CPMF), elevando-a de 0,20% para 0,25% sobre cada folha de cheque. "Horizontalizaria a incidência sobre todos", explicou o líder Geddel Vieira Lima.

A arrecadação prevista é de R\$ 1,8 milhão. Pelo estudo do PMDB, o pior dos impactos é o do fim do limite de 20% nos descontos acoplados ao aumento do IR do contribuinte. Na alíquota intermediária de 25%, que subiria para 27,5%, o contribuinte poderá ser tributado em até 36%, com o custo embutido.

Para substituir o desgaste causado pela Medida Provisória que recupera em R\$ 100 milhões a receita da Previdência Social, mantendo a idade de 70 anos para a concessão dos benefícios da Lei Orgânica da Previdência, o PMDB recomenda cortes nas verbas de publicidade do governo Fernando Henrique Cardoso em valores que variam de R\$ 300 a R\$ 500 milhões. (S.C)

JORNAL DO BRASIL
16 NOV 1997